



DECLARAÇÃO DE BELÉM

Apelos à ação a partir dos Diálogos sobre Mudança
Sistémica da CIDSE rumo à COP30 e ao futuro

Novembro 2025

Preâmbulo

No espírito da sinodalidade (ou caminhada conjunta), 157 participantes, incluindo comunidades da linha da frente, organizadores de base, povos indígenas, agentes religiosos, ativistas e sociedade civil (de 44 países) reuniram-se para participar em dois eventos de "Diálogos sobre Mudança Sistémica" da CIDSE online, em julho e setembro de 2025, para refletir e aprofundar a atual crise climática numa perspetiva sistémica, enquanto caminhavam em direção à COP30. Com 2025 a marcar o Ano Jubilar, sob o tema «*Peregrinos da Esperança*», embarcámos numa jornada coletiva de fé e num compromisso moral e espiritual renovado para salvaguardar a nossa casa comum. Desde a adoção do Acordo de Paris, reconhecemos que foram feitos avanços notáveis, mas ainda existem lacunas significativas. O multilateralismo está sob pressão, a negação climática e a desinformação estão a ressurgir, as desigualdades estruturais globais existentes e as dinâmicas de poder assimétricas entre e dentro dos países continuam a exacerbar os impactos da crise climática sobre as pessoas e comunidades mais vulneráveis e pobres. Para manter a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris ao nosso alcance, devemos enfrentar as causas profundas da crise e acelerar uma transição justa baseada na equidade, na natureza, nos direitos humanos, no cuidado e na solidariedade. O restauro e a reconciliação genuína só podem ocorrer quando os decisores políticos e as sociedades aceitarem as suas responsabilidades morais e ecológicas.

Guiados pelos valores da dignidade humana, da solidariedade e do bem comum, reafirmamos que:

1. Somos uma única família humana e que as alterações climáticas são, na sua essência, uma questão de justiça, dignidade e equidade.
2. Como parte integrante da teia da vida, é nosso imperativo moral agir e assumir a responsabilidade pelo bem-estar da mesma, tanto no presente como para as gerações futuras.
3. As ameaças cada vez mais graves representadas pela crise climática exigem uma solidariedade renovada, responsabilidade, coragem e transformação sistémica.
4. Uma transição justa requer uma transformação, repensando o consumo e reestruturando as economias em direção a alternativas locais, democráticas, enraizadas na comunidade, ecológicas e éticas.
5. Precisamos de transformar o paradigma atual, enfrentando o extrativismo e combatendo a dívida ecológica e climática desde a raiz e romper com o paradigma dominante do extrativismo e do consumo descontrolado que explora as pessoas e a natureza em prol do lucro e dos privilégios.
6. No contexto da redução do espaço cívico causada por cortes e restrições ao financiamento governamental, é fundamental fortalecer a capacidade das Organizações da Sociedade Civil (OSC) de amplificar as vozes da comunidade, promover a participação inclusiva e garantir que a formulação de políticas climáticas reflete as necessidades, o conhecimento e a capacidade de agir das pessoas mais afetadas.
7. O multilateralismo a partir de comunidades base e a cooperação internacional para a justiça ecológica, baseada no poder coletivo dos movimentos populares, nos sistemas de conhecimento indígenas e nos valores éticos, podem fortalecer a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, fundamentais para promover a justiça ecológica e impulsionar mudanças sistémicas, unindo movimentos em todas as regiões do mundo que obriguem governos e indústrias a tomarem medidas climáticas justas e decisivas.
8. A educação e a proteção dos direitos e da soberania das pessoas e da natureza são essenciais para construir uma resistência coletiva e promover alternativas sustentáveis que protejam legalmente os direitos ecológicos e humanos dos territórios indígenas das terras ancestrais, a defesa dos defensores indígenas e a denúncia da violência e da criminalização dos ativistas.
9. Os jovens e as mulheres, como agentes de transformação, devem ser envolvidos de forma significativa a partir de um lugar de verdade, dignidade e esperança, para que a consciência da destruição ecológica se torne um catalisador para a ação coletiva, em vez de desespero.
10. As comunidades deslocadas e despojadas pelo extrativismo, desflorestação e degradação ambiental carregam não só fardos ecológicos, mas também históricos e emocionais que devem ser reconhecidos e reparados.
11. A justiça reparadora é mais do que compensação: exige o restauro da dignidade, da terra e dos meios de subsistência, bem como o reconhecimento da dívida ecológica para com os povos e ecossistemas afetados.

12. A conversão ecológica requer uma profunda transformação da nossa consciência moral, espiritual e política para curar as feridas infligidas às pessoas, ao planeta e aos seus povos.

Exhortamos veementemente os governos e as instituições internacionais a:

- Apoiem estratégias, políticas e práticas alternativas que alinhem os sistemas económicos e sociais com os limites ecológicos e as fronteiras planetárias de longo prazo para que as estratégias referidas sejam democráticas, sirvam as comunidades locais e reduzam a produção e o consumo insustentáveis, tais como a suficiência, a soberania energética e a agroecologia.
- Apoiem financeiramente as organizações da sociedade civil para envolver ainda mais as comunidades na cocriação de políticas climáticas que combatam os desequilíbrios estruturais de poder e promovam a justiça.
- Colocar o conhecimento popular e a sabedoria ancestral no centro do planeamento climático e socioecológico de curto, médio e longo prazo, a fim de permitir a participação significativa e a tomada de decisões das comunidades locais, especialmente dos jovens, das mulheres e dos povos indígenas.
- Devem respeitar os compromissos assumidos ao abrigo de instrumentos como a Convenção n.º 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que garante os direitos dos povos indígenas à terra, à cultura e à autodeterminação.
- Fortalecer mecanismos que responsabilizem as empresas por violações dos direitos humanos e danos ambientais, particularmente no setor extrativo, para garantir que as empresas que operam no Sul Global adiram a políticas coerentes, baseadas em direitos e práticas ambientalmente responsáveis que eliminem os padrões duplos entre o Norte e o Sul Global.
- Aplicar políticas que promovam a transparência e a responsabilização tanto das instituições públicas como dos atores privados, apoiando simultaneamente a colaboração transfronteiriça entre as comunidades afetadas para monitorizar práticas, procurar reparação e promover uma governação sensível aos conflitos dos recursos minerais.
- Garantir a plena implementação de quadros jurídicos internacionais que protejam os povos indígenas e os direitos ambientais. Reconhecer e fazer valer o direito de dizer não das comunidades confrontadas com projetos extractivos, defender os direitos da natureza e salvaguardar a soberania das comunidades sobre os territórios - a fim de proteger as populações vulneráveis e historicamente exploradas - para as gerações presentes e futuras.
- Integrar a educação ambiental nos currículos escolares para promover a consciencialização, fomentar a consciência ecológica e ensinar às gerações futuras formas de vida alternativas e sustentáveis que transcendam os modelos económicos exploradores, afirmando que a proteção da natureza é um imperativo moral e económico.
- Promover diálogos inclusivos que honrem as perspetivas culturais, religiosas e indígenas sobre o restauro.

Exhortamos as comunidades, bem como os atores religiosos e as OSC's a:

- Constituam alianças locais e internacionais para aumentar a consciencialização sobre os danos causados pelas indústrias extractivas e troquem estratégias sobre alternativas, tais como a adoção de medidas locais transformadoras, o fomento de um pensamento visionário e o cultivo de iniciativas que orientem práticas sustentáveis e regenerativas que empoderem e protejam as comunidades e os seus meios de subsistência.
- Exijam e responsabilizem os governos - especialmente os Estados do Norte Global e as empresas transnacionais - para que reconheçam e enfrentem a sua dívida ecológica e climática e garantam que os governos apoiem e capacitem as agências e organizações encarregadas de proteger a biodiversidade e conservar os ecossistemas.
- Integrar a educação e a consciencialização ecológicas nos programas para jovens, garantindo que a próxima geração compreenda tanto a crise como o seu poder de moldar um futuro justo.
- Reconhecer que a reparação ecológica começa com um diálogo espiritual, reconhecendo a interligação, nomeando corajosamente o que foi destruído e promovendo a reconciliação com a Terra e as comunidades afetadas.

As seguintes organizações ajudaram-nos a co-criar os Diálogos sobre Mudança Sistémica:

